

**MARCANDO PASSOS, A(R)MANDO LUTAS: O(S)
FEMINISMO(S) E OUTRAS “BIO-LOGIAS” NA COMPREENSÃO DOS
GÊNEROS E SEXUALIDADES**

**MARKING STEPS, A(R)MING STRUGGLES: FEMINISM(S) AND OTHER
"BIO-LOGIES" IN THE UNDERSTANDING OF GENDERS AND SEXUALITIES**

**MARCANDO PASOS, A(R)MANDO LUCHAS: FEMINISMOS Y OTRAS
“BIO-LOGÍAS” EN LA COMPRESIÓN DE GÉNERO Y SEXUALIDADES**

Fabiana Aparecida de Carvalho¹

Resumo

O presente trabalho apresenta uma cartografia do(s) feminismo(s) e das lutas a favor dos gêneros e das sexualidades. Discute-se o imperativo biológico e o binarismo sexo/gênero e enfatiza a importância das epistemologias feministas na busca de outras “bio-logias” possíveis nas escolas e pedagogias culturais.

Palavras-chave: Epistemologias feministas; Sistema sexo/gênero; Ciência feminista; Ensino de Biologia.

Abstract

The present paper presents a cartography of feminism(s) and the struggles in favor of genders and sexualities. It discusses the biological imperative and the sex/gender binarism and emphasizes the importance of feminist epistemologies in the search for other possible "bio-logies" in schools and cultural pedagogies.

Keywords: Feminist Epistemologies; Sex/Gender System; Feminist Science; Biological Education.

Resumen

El presente trabajo presenta una cartografía de feminismo(s) y luchas a favor de géneros y sexualidades. Se discute el imperativo biológico y el binarismo sexo / género y se enfatiza la importancia de las epistemologías feministas en la búsqueda de otras posibles “bio-logías” en las escuelas y pedagogías culturales.

Palabras clave: Epistemologías feministas; Sistema Sexo/Género; Ciencia Feminista; Enseñanza de la Biología.

¹ Doutora em Educação Para a Ciência e o Ensino de Matemática - Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, PR - Brasil. Professora Adjunta - Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, PR - Brasil.

E-mail: facarvalho@uem.br



1 Para início de conversa

Há mais de dois séculos, vozes militantes de mulheres e grupos sociais subalternizados ressoam num vasto percurso e se consolidam como ondas de discursividades denunciadoras da negligência, dos processos de invisibilidade, de discriminações e de modos de governamentos onde o poder ordena regras e oprime os gêneros (e pessoas) num viés patriarcal, heterocentrado e sexista. As histórias das atuações feministas podem ser conhecidas pela literatura científica, por fontes não legitimadas ou oficiais de registros, entre elas, a micro história e a história oral, ou, ainda, pela possibilidade de que nós, mulheres, sejamos sujeitos, objetos e narradoras de nosso próprio relato e de nossas atuações nos acontecimentos, nas constituições dos saberes científicos, na vida social e na entrada de nossos protagonismos nas escolas.

Esse posicionamento me faz retomar a ideia radical de que mulheres são gente e produtoras de histórias, e não reses, abjeções, um sexo menor a justificar desigualdades e o apagamento de nossas necessidades específicas ou de conhecimentos gendrados na construção, por exemplo, das ciências. Faz-me pensar também nas pessoas biólogas e ensinantes de biologia que ainda desconhecem os posicionamentos feministas ou os tomam como um modismo anti-homens, passageiro e/ou desnecessário nas escolas.

Com esses pensamentos, arrisco-me a esboçar uma cartografia do(s) feminismo(s), pensando-a como um diálogo teórico a traçar uma intersecção possível entre as epistemologias feministas e outras possibilidades / compreensões biológicas para os corpos, sexualidades e gêneros.

Recobro também minha posição de cientista mulher, bióloga feminista e professora nas searas da educação e das lutas para os gêneros e as sexualidades no Brasil. Nesse lugar social de fala, escuta, diálogo e ação, tenho discutido algumas limitações das discursividades biológicas na dinâmica relacional dos sexos, gêneros, das sexualidades, dos corpos, da diversidade cultural e sexual humana² e me posicionado criticamente sobre a recusa das epistemologias feministas em boa parte desse território denominado ensino de ciências e biologia.

² Para saber mais, consultar: <http://sbenbio.journals.com.br/index.php/sbenbio/article/view/313/95>



Estes são motivos pelos quais opto por traçar, neste esboço cartográfico, um panorama do(s) feminismo(s), guiando os sentidos das pessoas leitoras para compreender o gênero como conquista histórica e como conformação de um campo interdisciplinar (FURLAN; CARVALHO, 2019) que tem, ademais, problematizado os sentidos da biologia, especialmente os sustentadores da binariedade, da conjugabilidade, do inatismo, do determinismo e das normalizações, como também nos lançado ao desafio de pensar outras “bio-logias³”, outros estatutos moleculares e menores para nosso campo de atuação, ou seja, as “bio-logias” que falam a partir dos gêneros e das sexualidades como potências ordenadoras da vida orgânica e social (CARVALHO, 2020; SANTOS; MARTINS, 2020).

Nas últimas décadas, em nossas pesquisas, intervenções escolares, militâncias sociais, nas representações culturais instituidoras de narrativas, e também porque não dizer de campos científicos, o gênero ganhou destaque via explosões discursivas passando a ocupar centralidade nas pedagogias culturais⁴ e em nossas vivências. O gênero cresceu como categoria política e epistemológica, não exclusiva do(s) feminismo(s), mas reivindicada por diferentes grupos sociais subalternizados⁵ e como agonística nas políticas públicas, educacionais e curriculares, tornando-se um território de poder e disputa, muitas vezes, também interpelado por práticas reativas, por ideologias morais e por distorções das lutas históricas das mulheres, de Lesbianas⁶, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneras e Transexuais e de demais dissidentes das normas corporais e sexuais eleitas (LGBT+).

Em contraponto, também adentrou nas escolas em processos de curricularização oficiais (da biologia ou atinentes a outras áreas do conhecimento) e não oficiais, com as lutas estudantis e com a recobrada de movimentos insurgentes empunhados, principalmente nas campanhas populares de visibilização de mulheres (tanto cisgêneras como de mulheres transgêneras, travestis e performadoras de outras feminilidades), nos combates à violência sexista e preconceituosa e na resistência contra a escalada / soberania masculinista na política e instâncias culturais, em destaque: as campanhas “Me too”, o “#EleNão”,

³ A palavra “bio-logias” é propositadamente grafada em separado e remete ao entre lugares, às relações processuais e ao campo político da vida biológica, social e subjetiva. Além dos trabalhos de Fabiana Carvalho (2020) e Sandro Santos e Matheus Martins (2020) sobre a biologia menor, o termo está inspirado nos sintagmas: a) “educação menor”, de Gilles Deleuze e Félix Guatari (1977), que pressupõe uma desterritorialização da biologia de tradição (a biologia maior dos determinismos, preceitos, currículos, normas), a admissão da potência político-discursiva de um biologia não hegemônica e os agenciamentos coletivos que acionam, mobilizam e valorizam os saberes dos grupos invisibilizados socialmente; b) “bio-lógico”, de Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2017), que evidencia o caráter cultural e construído da biologia.

⁴ Compreende-se por pedagogia cultural os artefatos, representações e discursividades ensinantes de narrativas, modos de ser e estar no mundo, saberes, valores e atitudes circulantes nos meios culturais.

⁵ Utilizo os termos grupos sociais e pessoas subalternizadas no texto, pois no Brasil, devido aos processos colonialistas e de racialização, muitos grupos (população negra, mulheres, trabalhadoras, pobres) têm sido historicamente apagados e estão longe de serem minorias sociais ou estatísticas.

⁶ Opto pelo uso de “lesbiana” em concordância com a crítica feminista que visibiliza a lesbiandade para além de seu aspecto afetivo-sexual, destacando as questões políticas de mulheres que não são contempladas pela heterossexualidade normativa e compulsória. O “+” na expressão LGBT+ refere-se às demais identidades não binárias e neutras de afetividade, sexo e gênero.

“#MeuCorpoMinhasRegras”, “#MeuAmigoSecreto”, “#MeuPrimeiroAssédio”, “#ConviverTrasnforma-RespeitameuNome”, “#NomeSocial”, responsáveis por reposicionar o gênero, a afetividade sexual e as discussões sobre as formas de assédio moral e sexual nas atuações de jovens estudantes.

Embora tais movimentações popularizem as pautas sociais, há que se destacar os perigos da paulatina desvinculação do gênero das epistemologias feministas.

Ah, o(s) feminismo(s)! Essa a(r)mada que nos faz pensar as exclusões, os modelos sexo/gênero impostos, os corpos plurais, as feminilidades e masculinidades diferenciadas, as pessoas sujeitos que desejamos ocupantes do mundo, as relações sexo-gendradas, étnicas e socioculturais que se consubstanciam de maneira relacional e não, como demandam as normas, num esquadro aprisionado pelo imperativo bio-político-logicizado. É justamente essa biopolítica, ou seja, o governo dos corpos e da população com finalidades de desempenho e produção econômica, a responsável por adestrar o gênero, por capturá-lo, por lhe supor uma definição mínima e esvaziada da pluralidade das lutas, do(s) feminismo(s), das mulheres, dos grupos LGBTQ+ e outros.

As epistemólogas feministas, entre as quais destaco a historiadora Margareth Rago (1998), a socióloga Cecília Maria Bacellar Sardenberg (2002) e a bióloga Ângela Maria Freire de Lima e Souza (2002), apontam que há muitas portas de entrada para se compreender a insurgência da produção do conhecimento e da analítica das relações generificadas e sociais, para se adentrar nos saberes situados produzidos por mulheres e grupos sociais subalternizados a dar estofos ao que podemos nominar como um campo de teorizações e práticas feministas, de estudos de gênero, de mulheres e pessoas subalternizadas nas ciências, de gênero e feminismo(s) nas ciências e de uma ciência feminista (seria isso possível? Minha aposta é sim!). Vários estudos foram destacados por teóricas, historiadoras e militantes voltadas ao questionamento do *modus operandi* da dominação masculinista e patriarcal; o uso desses é bem-vindo para reposicionar o olhar acerca dos saberes científicos e escolares que tratam dos corpos e da vida.

Logo, quando pensamos os corpos – seus jugos ou potências e seus lugares na vida biológica e social, é necessário destacar que a ordem patriarcal colonialista (LUGONES, 2008; PAREDES, 2008; SAFFIOTTI, 2015; OYĒWÚMÍ, 2017; GONZALES, 2020) foi demasiadamente inquisidora das relações de gênero e conjugou esferas de poder baseadas em ideologias, em violências para com os povos originários e tradicionais, na demarcação de espaços geopolíticos e de funções consumadas na redução – principalmente – das mulheres aos limites de suas condições biológicas e econômicas.

Enganam-se as pessoas que tomam o ordenamento patriarcal pelo senso estrito das estruturas familiares e privadas, ou, ainda, como a uma organização antiga (de sentido religioso) e superada no momento contemporâneo da fulguração do Estado. Tanto o patriarcado, no sentido dos arranjos sociais, a dominação masculina e o ordenamento binário do mundo, no



sentido das opressões, relações de diferença sexual estigmatizantes, oposições e dicotomias, como a colonialidade, como a instituidora da padronização e da universalização dos saberes a partir da hegemonia do norte global (europeu e estadunidense), do estatuto científico e de práticas colônias de superioridade racial e sexual, adensaram a ordem civil coletiva e se articularam em dispositivos estruturais, estruturantes, compulsórios e simbólicos secularizados em nossas culturas e como processos de subjetivação. Em síntese: patriarcado – colonialidade – capitalismo: um sistema de subordinação e opressão; estruturas que se reforçam entre si e por meio das desigualdades que instalam.

A ordem de subordinação, entranhada nos e decorrente dos sexismos, ramificou-se nas práticas discursivas (e não discursivas) das instituições sociais, na legitimação de hierarquias que dão direitos exclusivos aos homens e direitos a esses sobre as mulheres, na produção do conhecimento dentro das esferas científicas (podem as mulheres produzir ciências?) e populares, na nomeação das sexualidades autorizadas ou não e na imposição de identidades de gênero na arena política e reprodutiva.

Compreender essa subordinação é colocar em evidência e em crítica processos que elegem uma única posição com a qual os gêneros e as sexualidades podem ser lidados, racialmente diferenciados e socialmente classificáveis, inclusive, nas disciplinas escolares da biologia ou que se valem da biologia para produzir narrativas, representações, conhecimentos e valores apropriados pelas pessoas.

O(s) feminismo(s), portanto, o lugar onde me situo / nos situamos e nos encontramos com outras vozes e produções, são lupas para percebemos os limites das biologias de tradição e as insurgências de outras “bio-logias” possíveis.

2 O(s) feminismo(s) e alguns desdobramentos para os gêneros e as sexualidades

Adentrar nas epistemologias feministas também é pensar que a movimentação para a constituição desse campo de saberes não é única, mas consubstanciada por congruentes ou divergentes pontos de vista que se pluralizam conforme atuações, contingências, épocas, estatutos sociais, combates aos machismos e pertencimentos dos mais variados estratos aos quais as mulheres e pessoas fazem parte. A pluralidade do(s) feminismo(s)

se dá pelas diversas correntes e interpretações das lutas das mulheres dentro desse movimento, considerando as diferenças, entre as próprias mulheres apagar, classe, raça, orientação sexual, credo religioso, status socioeconômico etc. Não é possível falar do feminismo sem que haja uma análise do contexto histórico no qual as suas (diferentes) ideias estão inseridas, uma vez que suas lutas e bases modificam-se dependendo de década, classe social dos seus agentes e espaço onde ocorre (ROSA; SILVA, 2015, p. 86).



Sob essa correlação, situam-se, então, períodos cruciais a legitimar não uma luta anti-homens, como quer o senso comum, mas lutas pelas quais mulheres são agentes de produção do conhecimento histórico, de transformações e de superação das opressões. Condensando-os, aqui, a partir da leitura teórica de diversas produções e vozes femininas (NYE, 1995; RAGO, 1998; ALVAREZ, 1998; TELES, 1999; SCHIENBINGER, 2001; SARDENBERG, 2002; LUGONES, 2008; ROSA; SILVA, 2015; CARVALHO, 2018).

A primeira onda ou vaga⁷, referente aos movimentos emancipacionistas de mulheres dos séculos XIX e XX coligados ao capitalismo burguês (das mulheres de classe alta) ou às lutas trabalhistas com inspiração marxista (com atuação mais proletária), teve como foco a campanha sufragista, a luta pela igualdade de direitos de contrato e de propriedades para mulheres e homens, a negação ao casamento arranjado, à quebra do direito de propriedade das mulheres e filhos por maridos e homens, a função pública da mulher, o direito à herança, a paridade em algumas situações de trabalho e o direito a jornadas dignas. Esse, no entanto, foi um feminismo reformista, frequentemente liberal, individualista e com demandas setoriais restritas. Além disso, esteve atrelado à branquitude, ignorando o lugar das mulheres feministas negras, das mulheres escravizadas ou descendentes, quilombolas e trabalhadoras racializadas que perfaziam o campo prático das lutas contra a escravidão, contra a diferença sexual e a feminização do trabalho precário.

A segunda vaga, emergente de movimentos contra hegemônicos do pós Segunda Guerra Mundial e mais atrelada às reivindicações dos anos de 1960 a 1980, trouxe para o campo da luta por direitos a discussão do sexismo, das desigualdades culturais e políticas entre mulheres e homens e entre diferentes grupos sociais, o planejamento familiar, o direito ao aborto e à reprodução planejada e assistida, a discriminação da mulher no mundo do trabalho dominado por homens, as pautas das diferenças LGBTQ+, especialmente das mulheres lésbicas e, no Brasil, a luta contra as opressões derivadas do regime militar ditatorial. Fundam-se a emergência dos corpos, as sexualidades femininas e dissidentes, a liberação sexual, a ruptura com interdições instaladas no interior dos regimes patriarcais e heterossexuados (Estado, Igreja, Família), o feminismo do sul global e das comunidades periféricas com a contestação da universalização da categoria mulher e das opressões realizadas por mulheres brancas em situações de privilégios sociais.

⁷ A divisão dos feminismos em ondas é didática, porém não consensual junto às teóricas feministas e estudiosas de gênero. O efeito didático facilita a compreensão das conquistas dos movimentos de mulheres, mas pode, equivocadamente, levar à interpretação de que as lutas foram pontuais, interrompidas e, a posteriori, retomadas em outra época ou contexto histórico. Nesse sentido, vale ressaltar que as opressões sempre foram constantes nos sistemas patriarcais – coloniais – capitalistas e muitas mulheres se organizaram contra elas antes mesmo do(s) feminismo(s) terem sido nominados.

A terceira onda, situada a partir dos anos de 1990, traciona as discussões acerca da sociedade da heteronorma, do androcentrismo branco, das bases essencialistas da feminilidade, da intersecção étnica, de raça, de classe e de orientação afetivo-sexual, da analítica e da performatividade dos gêneros, das intervenções neoliberais nas políticas para mulheres, da questão da violência de gênero e das leis que responsabilizam agressores e preservam direitos constitucionais adquiridos por Conselhos de Mulheres e pela legislação de equiparação e proteção.

O(s) feminismo(s) foram confrontados, transversalmente, por outras vozes como as advindas do ativismo ambiental, do ativismo negro e afrodescendente, latino-americano, indígena, dos estudos pós-coloniais e decoloniais, dos estudos sobre subalternidade pública, da cyber militância e das micropolíticas de grupos culturais LGBTQ+. Emergem posturas feministas que não se preocupam exclusivamente com a mulher universalizada, mas com mulheres (cisgêneras, transgêneras, não binárias ou fluídas), feminilidades e masculinidades em processos, como também o feminismo “*Queer*” (cuir) a não fixar identidades, mas a postular a transitoriedade, as mutações relacionais dos corpos e a diferença.

Vale ressaltar que nas disputas discursivas, inclusive as feministas, as negociações e confrontos envolvem blindagens, articulações, batalhas para se construir ou se desconstruir proposições e teorizações a partir de pontos de vistas correlacionados ou oblíquos. Nesse sentido, outras vozes e posições sociais podem ser segregadas ou colocadas em desconfiança, como é o caso de certas posições radicais contrárias às mulheres transgêneras e travestis em suas reivindicações sociais, subjetivas e mesmo biológicas; e também da minimização da luta de mulheres negras, autoras de feminismo(s) práticos, históricos e antirracistas, cujas lutas são ofuscadas por vertentes feministas *mainstream* (o feminismo branco ou liberal, por exemplo), por agendas desenvolvimentistas que canalizam suas pautas para esvaziá-las de sentido ou aliená-las (VERGÈS, 2020) e por discursividades que apagam suas necessidades.

Atualmente, cogita-se o remodelamento das teorias e linguagens feministas com auxílio da dispersão de contra discursos não hegemônicos via canais da rede web, da academia, da militância negra, transfeminista e da visibilidade LGBTQ+ em termos de paridades em direitos civis, a demarcação de uma quarta onda do movimento. E no aspecto geracional, conforme dispõe Heloísa Buarque de Hollanda (2018, p. 12), trata-se também do aparecimento de

uma nova geração política, na qual se incluem as feministas, com estratégias próprias, criando novas formas de organização [...], autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonismos, baseadas em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia, mais a insurgência do que a revolução.

São o(s) feminismo(s) do ontem e do hoje se aglutinando em novas práticas e em outros protagonismos responsáveis por desconstruir a verdade única para as mulheres ou para as militâncias.

Num cenário onde emergiram os arcabouços teórico-analíticos que traçaram não um, mas vários contra discursos ao poder dominante e novos fluxos de poder resistente, encontramos também as vertentes feministas influenciadas por diferentes correntes filosóficas e sociais; elas atendem a grupos que compreendem o poder mobilizado por mulheres de maneira diferente (na contra ordem da potência libertária e libertadora ou na crítica da ordem fixada da violência e da sujeição), mas têm em comum a luta pela desestabilização do sexismo decorrente dos regimes e das estruturas patriarcais – coloniais – capitalísticas, a quebra da ideia de um sujeito predeterminante masculino, a quebra da universalização da categoria mulher, a extinção dos totalitarismos das normatizações sociais, econômicas e políticas e o reposicionamento das mulheres nas práticas sociais de seus grupos.

Com efeito de menção, gostaria de circunstanciar e ater ao: a) feminismo liberal, que defende a igualdade entre mulheres e homens nos direitos da cena pública e do trabalho (muito criticado por atender às pautas de mulheres em situações de privilégio social); b) feminismo radical, que critica os sistemas patriarcais e a dominação sistemática das mulheres pelos homens, levando em consideração as diferenças biológicas, sexuais e reprodutivas capturadas pela base opressiva do sistema sexo/gênero (em muitos facções, atendo-se à cisgenderidade feminina, em outras, à congregação de todas as mulheres oprimidas pelo patriarcado, independente da coincidência psicoemocional ou não com o sexo/gênero atribuído ao nascimento); c) feminismo marxista, que toma a opressão feminina como subordinada aos sistemas de classes e hierarquias sociais; d) feminismo socialista, que analisa a base material das relações sociais da divisão do trabalho e da perpetuação das diferenças de gênero; e) à abordagem da teoria crítica no(s) feminismo(s); f) à abordagem das teorias pós-críticas no(s) feminismo(s); g) o(s) feminismo(s) de intersecção, decoloniais ou multiculturais, que se referem e criticam à negligência étnica, de raça e de pertencimento cultural das outras vertentes; h) o pensamento mulherista amefricano e brasileiro cujas filosofias e práxis partem de critérios matrifocais e comunitários específicos das mulheres negras na luta contra a opressão racial e de gênero; i) feminismo(s) alinhados à militância LBT, em destaque, o feminismo lésbico e o transfeminismo atuando na inserção das necessidades das mulheres lesbianas, bissexuais, transgêneras e travestis⁸.

Como se vê, o(s) feminismo(s) não se reduzem a um bloco monolítico, a uma filosofia única e direcionada somente às mulheres. Dentro da polissemia feminista para vislumbrarmos sociedades menos totalitárias, é preciso lembrar que: "qualquer teoria que utilizemos para

⁸ Para me ater aos objetivos e à síntese da escrita, a menção às teóricas e principais expoentes de cada corrente feminista não é destacada neste artigo. Deixo como indicativo a leitura dos livros: a) “Pensamento Feminista – conceitos fundamentais”, organizado por Heloísa Buarque de Hollanda (2019); b) “Pensamento feminista Negro”, de Patricia Hill Collins (2019).

entender nossa situação já tem uma história, uma história na qual seu significado foi elaborado numa prática feminista e não feminista (NYE, 1995)" (sim; existem mulheres não feministas, e nem por isso, deixam de ser mulheres ou pessoas subalternizadas) e que nos empresta teorizações para compreendermos fenômenos sociais e relações de poder que nos configuram, ao mesmo passo, como pessoas sujeitos ou não desses feminismo(s).

Concomitantemente aos seus avanços de pauta, as vagas e epistemologias feministas influenciaram a educação para os gêneros e as sexualidades em escala planetária, ora implodindo as categorias fixas e os modos de ser e agir nessa educação, ora como suporte ao avanço das pautas públicas nas questões de gênero e sexualidade e no reconhecimento da alteridade social.

Patriarcado – colonialidade – capitalismo nos impuseram, histórica e escolarmente, que ao se nascer macho, fêmea ou intersexo da espécie humana, cada pessoa seria, obrigatoriamente, um ser masculino, um ser feminino ou um ser readequado para o sucesso procriativo, teria uma predisposição heterossexual e faria coincidir sua biologia com desempenhos sociais sexo-gendrados (homem viril, reprodutor, forte, político; mulher fraca, reprodutriz, passiva, subalterna; LGBT+ e intersexos como os desvios da ordem natural, as monstruosidades) (CARVALHO, 2018). Os processos de racialização advindos dessa imposição, por sua vez, imputaram às mulheres negras e indígenas estatutos de monstruosidade, diferença e selvageria, alocando-as no “lugar da alteridade por excelência, um lugar que marca a fronteira entre criação e corrupção, ordem e caos, civilização e barbárie” (FERREIRA; HAMLIN, 2010, p. 812) e também instaura preconceitos, estereótipos e outras formas de racismos presentes na sociedade.

Quando essa articulação binária não ocorre, a racialização torna-se um dispositivo segregador e as identificações psicológicas, emocionais, sociais e subjetivas não condizem com a categorização cisgênera (o atributo sexo-gendrado lido e designado ao nascimento) e tampouco com a branquitude, as pessoas consideradas diferentes sofrem com as discriminações e os preconceitos cristalizados culturalmente e segundo uma biologia da tradição. Essa questão tem sido o cerne de discussões que ocupam uma centralidade escolar, principalmente quando tangenciadas pelo conhecimento biológico, ou, mais especificamente, quando se desestabilizam os determinismos de ordem biológica postos em circulação como enunciações e como representações que fundam os nossos corpos.

Como elucidada a Professora, bióloga e militante Alice Pagan (2018), essas questões nos fazem repensar conceitos como ser mulher, homem, afeto, ser.

Se tomarmos por base exclusivamente a caracterização biológica, mulheres seriam, então, apenas aquelas pessoas que possuem seios, vaginas, úteros e gerassem filhos? E as demais existências, seriam, portanto, irrelevantes? Uma mulher XY portadora de pênis não seria uma mulher, não poderia jamais se identificar com feminilidades? (PAGAN, 2018). E mais. As pessoas intersexos não seriam pessoas? E os homens... continuariam sendo tratados como



eternos caçadores e/ou pavões sexuais cheios de testosterona e aptos a sequestrar mulheres para abaixo de suas asas? Poderíamos pensar em masculinidades maternas / paternas? Em masculinidades feminilizáveis ou homens XX com vagina, útero e ovário? E pessoas que destoam das expectativas sociais sexo/gênero estariam em desacordo com a natureza? E aquelas pertencentes a outros grupos culturais humanos continuariam sendo lidas pelos aspectos instintivos e inatos à espécie? Por uma lógica classificatória e racista? Existe uma biologia a nos definir tão categoricamente? Ou devemos pensar tais vivências e possibilidades em termos de construções corporais e afetivas relacionais e identificações negociáveis.

Possíveis respostas e mudanças passam pelo estabelecimento de “bio-logias” relacionais não sexistas e não racistas, que não partem de características, visões biomédicas, reducionismos, e crenças, mas, sim, de contextualizações (PAGAN, 2018), da compreensão da vida em todos os seus sentidos. E se interseccionam, digo, com os postulados feministas para se compreender os gêneros e as identificações dos corpos e dos afetos.

3 A biologia não é sina... Contornos feministas

De maneira questionadora, as pautas feministas públicas foram constructos que contribuíram para desarmar as perspectivas biologizadas dentro das escolas e buscaram, paulatinamente com seus avanços e diferentes vertentes, inserir, no interior de currículos, espaços formativos e práticas docentes, os debates sobre as identidades diferenciadas, as múltiplas possibilidades de vivências afetivo-sexuais, a constituição de papéis generificados na sociedade, o combate à violência de gênero, o combate a homo-lesbo-bi-trans-fobia, a combate ao racismo, ao sexismo, ao especismo, a representação política e científica de mulheres, por exemplo.

Diversos acontecimentos e irrupções fizeram-se palco e base para o protagonismo de mulheres e subalternizadas e para a construção do campo interdisciplinar dos gêneros – e é importante olharmos para cada um deles sem a hierarquização de uma história única ou de um movimento sem conexão com a realidade do mundo.

Nessa longa história, desde o início do século XX, cientistas contestaram uma demarcação fixa para os corpos (FURLAN; CARVALHO, 2019). Sigmund Freud tomou as sexualidades como pulsões psico-afetivas; a antropóloga Margareth Mead lançou a compreensão de que cada grupo cultural constrói suas ordens de feminilidade, masculinidade, suas regras e formas de vivenciar socialmente os corpos; o biólogo Alfred Kinsey colocou em evidência as condutas afetivas, desatrelando-as das classificações binárias de homo ou heterossexual e do coito; a equipe de John Money traçou paralelos entre fisiologia e cultura ao estudar intersexos e debater a ideia de uma sexualidade única; apenas para mencionarmos algumas pessoas a deixar marcas para os desdobramentos dos gêneros.

Mas foi, sobretudo, na virada cultural das décadas de 1960 e 1970, que os ideais feministas abalaram a compreensão estritamente médica, profilática, biológica e higienista dos corpos, incorporando as pautas e questões militadas nos movimentos de mulheres e nos movimentos lésbicos, gays e negros, ao postular que o gênero seria não a determinação de uma causa primeira, mas uma categoria para se pensar as diferenças estabelecidas para as pessoas.

As epistemologias feministas deram-se, em boa parte, com as mudanças paradigmáticas e epistemológicas que denunciaram o fim das narrativas mestras, dos metadiscursos (a falácia dos direitos humanos universais, o salvacionismo do Estado, a supremacia da ciência, a hegemonia branca europeia, a inferioridade dos grupos racializados nos projetos coloniais e subalternizantes do sul global) e de suas pretensões de legitimizar grupos de poder. Tais epistemologias trouxeram "narrativas menores e múltiplas que não buscam (nem obtêm) qualquer estabilização ou legitimação universalizante" (HUCHENTON, 2002, s/p) para a emancipação e o empoderamento libertário das mulheres e grupos sociais subalternizados.

Foi no desdobramento da segunda onda

que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero. [...] Intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens, enfim, diferentes grupos que, de muitos modos, expressam sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento (LOURO, 1997, p. 15-16).

Com a luta pela emancipação feminina, a discussão das práticas e dos ordenamentos políticos sexuais e generificados – impostos para mulheres e homens nas sociedades ocidentais – tornou-se mais visível, possibilitando o tensionamento das desigualdades sociais geradas por relações de saber e poder engendradas na visão binária e masculinista, mas, também, ressaltando a afirmação política das subalternas étnicas e sociais e dos ideais de contracultura dos grupos manifestantes no período.

Dos estudos feministas (BEAUVOIR, 2009; FRIEDAN, 1971; MILLET, 1970; SCOTT; 1995; DE LAURETIS, 1994; RUBIN, 2017;), destaco discussões e críticas a posicionar que nossos corpos não seriam uma materialidade exclusivamente biológica e imutável, mas contingências moldadas conforme nos tornamos pessoas generificadas e dentro dos mais diferentes grupos sociais; que a maternidade é uma determinante da força do trabalho reprodutivo feminino e não uma sina a ser seguida por todas as mulheres; que há um controle sexual sobre a vida das mulheres e LGBTQ+; que os gêneros são marcadores na construção social das identidades sexuais e símbolos culturalmente disponíveis para serem apropriados e desmontados; que as diferenças, para além das características genitais, são criadas como verdades de grupos sociais; que as lutas para superar as discriminações de gênero, os preconceitos sexistas e as discriminações pautadas nas diferenças étnicas, de cor e de gênero



deveriam ocupar o cenário político e educacional; que as decisões acerca dos arranjos familiares – motivada pelo advento da pílula anticoncepcional e da libertação dos costumes sexuais, bem como da gravidez ou de sua interrupção, seriam tomadas por mulheres.

Intersectando várias discussões,

as teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os ‘estudos da mulher’, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. Como se vê, a categoria do gênero encontrou aqui um terreno absolutamente favorável para ser abrigada, já que desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais (RAGO, 1996, p. 06).

Graças a essas contribuições as oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade, branco/negro, civilizado/selvagem puderam ser mais efetivamente desconstruídas e criticadas como pares antagônicos, que estabelecem relações de diferença nas quais uma das categorias é menosprezada, colonizada e submetida em função da outra tida como superior e dominante.

Em sua obra de referência para os estudos sobre gênero, “O segundo sexo”, Simone de Beauvoir (2009) problematizou a definição de mulher (e estabeleceu o mesmo para os demais gêneros) dizendo “ninguém nasce, mas torna-se mulher”. A autora se referiu ao sexo como vivido de forma cultural, o que implica que pessoas não poderiam ser designadas como homem e mulher a partir de fatos biológicos, mas que poderiam (re)significar seus gêneros a partir de questões sociais bem específicas, entre elas, as separações e hierarquizações do trabalho, que contribuiriam para a construção das categorias diferenciais. E mais. Deslizando o destino biológico, histórico, psicanalítico e emocional da determinação da mulher, criticou a redução do feminino à antítese estrutural, submissa e dominada do homem, perguntando sobre as relações de diferença e de alteridades identitárias (que escapam das respostas inatas) que ligaram o masculino à humanidade universal e positiva e criaram as mulheres (e grupos culturais subalternos) à particularidade reprodutiva, menor, ao outro do homem.

Apontava Simone que:

nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. [...] Os judeus são 'outros' para o antisemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. [...] A passagem do estado natural ao estado cultural define-se pela aptidão por parte do homem em pensar as relações biológicas sob a forma de sistemas de oposições: a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria, que se apresentam sob formas definidas ou formas vagas. [...] Descobrimos na própria consciência uma hostilidade fundamental com relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende firmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto (BEAUVOIR, 2009, p. 18).

Sendo influenciada por teorizações marxistas, existencialistas e pelo conceito de percepção do outro (da fenomenologia Hegeliana), Beauvoir traçou o paralelismo entre a determinação da mulher em função do homem, observando a divisão do sexo como dominação e o posicionamento do outro criado como um mal sem si (pessoas judias: o mal para pessoas arianas; pessoas negras: a antítese da branquitude; mulheres: o depositário negativo dos homens; pessoas latinas e africanas: ameaças ao norte global; animais ou pessoas não humanas: o espelhamento da selvageria, apenas para ficar em algumas comparações que subjetivam as relações). Em outras palavras: a base de toda exploração advinha do fato de as pessoas poderem transformar as outras em objetos e reificá-las, dentro de processos de legitimação com ideologia naturalista, à inferioridade, à servidão e à exploração da potência de seus corpos, sexualidades e vidas. Discutia-se, então, o alicerce da dominação, a submissão da alteridade e da outridade em processos de controle e limitação dos direitos e das vivências das pessoas consideradas menores, inferiores, rechaçáveis.

Brotaram em evidências, exposições e denúncias dos preconceitos bárbaros decorrentes de nossa estigmatização como mulheres, LGBTQ+, pessoas subalternizadas e a desconstrução das normas que, segregativamente, nos tornaram menores. Foi preciso desarmar a política sexual (MILLET, 1970), similarmente como política sócio e linguística, a ditar que relacionamentos estruturados de poder seriam os dispositivos pelos quais uma pessoa, sistema ou representação poderia controlar grupos de pessoas, mas, também, impor escaramuças e sutilezas a capturar as oprimidas nos discursos de consentimento e de docilização de seus corpos.

Nesse extensivo confronto contra os discursos reiterativos da ordem natural e contra a estruturação desigual da sociedade, a crítica à anulação das subjetividades não masculinas, não brancas e não ocidentais repercutiu nos estudos feministas e de gênero posteriores a Beauvoir, culminando em novas teorias, algumas delas impulsionadas por mulheres que intersectaram discursividades e enunciações para a reafirmação das pessoas. Tal crítica também contribuiu para que as outras mulheres compreendessem as diferenças na constituição da categoria gênero, para que o patriarcado – colonialismo – capitalismo fossem tomados como a constante originária dos sistemas políticos e econômicos opressivos, para que o sexismo se tornasse objeto



de estudo e para a compreensão de que o masculinismo se firmava na objetificação feminina, na objeção homossexual, nos discursos de trabalho, exploração, violência e violação, pornografia, prostituição, castração do prazer, casamento e de heterossexualidade.

Na conformação histórica das lutas, os posicionamentos independentes de militantes como Angela Davis (2016), Audre Lorde (1984), bell hooks⁹ (2019), Adrienne Rich (2010), Monique Wittig (2006) deslocaram algumas das proposições do feminismo burguês europeu e estadunidense para considerar a outridade com as categorizações de classe, raça, afetividade e pertencimento cultural, visibilizando as vozes de mulheres negras e lesbianas e a pautar a opressão feminina como decorrência de complexas sistematizações que envolvem trabalho, dominação patriarcal / masculina e compulsão política pela heterossexualidade (até então, tida como a regra, a norma e a única implicação possível para se coligar às parcerias afetivas). Wittig, especialmente, alavancou os arranjos afetivos lesbianos (e homo e bissexuais) como arranjos políticos e relacionais que quebravam o pensamento hétero, o contrato inato sexo/gênero, a repetição das diferenças biológicas e a obrigatoriedade linguística dos sistemas de representação masculinos. Em suas teorizações discutia que

a ideologia da diferença sexual opera em nossa cultura como censura, na medida em que esconde a oposição existente no plano social entre homens e mulheres colocando a natureza como sua causa. Masculino/ feminino, macho/fêmea são categorias que servem para disfarçar o fato de que as diferenças sociais sempre implicam uma ordem econômica, política e ideológica (WITTIG, 2006, p. 22, tradução minha).

Por fim, a ideologia da diferença sexual não estava vislumbrada apenas pela questão ideológica da divisão de classes.

A unidade fundante da alteridade: o conceito de sexo biológico, ou, ainda de sexualidade androcentrada, contribuiu, para que os enunciados e discursos criassem, nas sociedades, os sexos como constitutivos de diferenciações ontológicas e naturalizantes das relações de força e de domínio mesmo antes da hierarquização social. A história oficial reduziu às mulheres e outras pessoas subalternizadas aos efeitos opostos e antagônicos do homem, apagando-as da cena política pública, científica e da visibilização social.

As recorrências, por exemplo, a um sexo de origem evolutiva, ao sexo natural, hormonal ou genético justificaram, na dispersão de suas enunciações, toda uma visão de mundo baseada na divisão natural dos trabalhos em família, na disposição dos corpos femininos à servidão e à imposição do trabalho reprodutivo. Sob o olhar científico da embriologia, fisiologia e neurologia do pós-guerra (KELLER, 2006), a construção e o controle das diferenças pela ciência, especialmente a diferença feminina e LGBT+, foi um ato de poder e um ordenamento categoricamente normativo que naturalizou hierarquias e desigualdades em outras esferas

⁹ Em minúsculo, como propôs bell hooks, para enfatizar as mobilizações menores dos feminismos e das pessoas de cor.



sociais de produção de saber. Não estando isenta das apropriações e práticas discursivas a inventar um sujeito mulher e um sujeito outro (negro, indígena, LGBT+), a ciência contemporânea foi rasurada pelos discursos feministas, que expuseram de seus fundamentos as disciplinas, teorias, ideias concebidas a sustentar o pensamento heterossexual e a outridade como diferença em todos os níveis sociais.

As inferências feministas evocaram o caráter relacional, transversal e construcionista do gênero e das relações sociais e a pauta generificada dos discursos militantes, acadêmicos e de representatividade política veio a fraturar e mostrar os pontos falhos dos enunciados machistas e dos modelos regulados pela economia hegemônica. Resulta, então, que

a dissolução das narrativas históricas masculinas, universalistas e binárias, contribuiu para a construção de uma nova memória social, de um novo sujeito feminino, político, filosófico, artístico, que não é mais o 'outro', nem o diferente, mas que esboça no espaço exterior, um espaço de movimento (SWAIN, 2014, s/p).

Além de todas as discussões e críticas sobre o poder, conformou a grande virada epistemológica do(s) feminismo(s) o descentramento do sistema conceitual de relações e significados sobre os sexos, os gêneros e os corpos – eles se tornaram, então, inteligíveis para além das categorias de normalidade e de anormalidade, contemplando inscrições diferenciadas de subjetividade, cultura e de política fugidias das enraizadas visões de sina anatômica. Enfim, "quando se recusa a 'natureza' dos seres se lhes confere uma plasticidade 'impossível' nas condições de imaginação patriarcal" (SWAIN, 2014, s/p). É essa pluralidade de existências, repensada como constructo e não como essência, que potencializa as pessoas em suas alteridades e diferenças, livrando-as do determinismo biológico.

Nas décadas posteriores de 1980 e 1990, as teorizações feministas que paulatinamente migraram para outras instâncias culturais e fizeram ecos nas escolas próximas das comunidades militantes, ampliaram essas discussões para entender que: a) o gênero é uma categoria social demarcada pelas diferenças percebidas e uma forma primária de significar relações de poder; b) que pode a perspectiva binária de seu entendimento funcionar como dispositivo de regulação da vida de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneras, não binárias, dissidentes e se ordenar como promoção da visibilidade hegemônica dos heterossexuais; c) diversas tecnologias produzem sujeitos de enunciação e de ação por meio de máquinas representacionais que fazem do gênero um sistema de significação complexo, relacional.

Na tomada das investigações sobre os sistemas de significação e valores atribuídos aos corpos, a lógica biologizante passou a ser constantemente interpelada pelo campo social e linguístico. Algumas discussões feministas adensaram suas proposições ao incorporar a ótica do "*Queer*" (*cuir*), uma potência disruptiva a liberar as sexualidades de uma fixidez identitária, somando os corpos diferenciados, alteridades, múltiplas possibilidades de construções de gêneros e afetividades, a (i)materialidade dos corpos inclassificáveis ou abjetos (aqueles que desestabilizam classificações, tais como: corpos obesos, idosos, com diversidade funcional,



corpos cirúrgicos, corpos transgêneros) às suas críticas do sistema heterossexual. E mais: abriram as picadas para o estabelecimento de uma série de leis, punições e regimentos públicos de combate à violência contra mulheres e grupos sexuais subalternizados.

A teórica Judith Butler, considerada uma das propositoras da teoria *cuir*, desestabilizou a coerência entre sexo, gênero, prática sexual ao dispor o gênero como ato discursivo e ao alertar para o perigo de se fixar as identidades como se elas fossem imutáveis.

Em outras palavras, a 'coerência' e a 'continuidade' da 'pessoa' não são características lógicas ou analíticas da condição da pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a 'identidade' assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero, e sexualidade, a própria noção de 'pessoa' se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é 'incoerente' ou descontínuo [...]. A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de 'identidade' não possam 'existir' - isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não 'decorrem' nem do 'sexo' nem do 'gênero'. [...] Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, conseqüentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero (BUTLER, 2003, p. 38-39).

Os corpos e gêneros borrados rompem, portanto, com o ideal regulador da heterossexualidade compulsória e com os lócus estáveis das identidades fixadas. Butler tensiona ainda mais essa inteligibilidade imposta, especialmente, quando situa o gênero como atos repetidos de performances sociais que adquirem efeito ontológico e não, exclusivamente, biológicos ou naturais.

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são **performativos**, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são **fabricações** manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo **performativo** sugere que ele não tem **status** ontológico separado de vários atos que constituem sua realidade. Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora (BUTLER, 2003, p. 1994-195, grifos meus).

Com a noção de performatividade, negociamos com a existência de signos generificados estabelecidos em nossas sociedades para reiterá-los, subvertê-los, ou, para lhes desconstruir. Essa subversão não implica que se tira ou se veste um determinado gênero conforme uma vontade fugaz e uma anulação do corpo orgânico. Em outras palavras: as vestimentas, os papéis, as práticas discursivas e não discursivas que nos caracterizam e nos (des)qualificam são, portanto, ficções que podem ser deslocadas pelas pessoas conforme elas se identificam ou desempenham atos sociais situados em suas relações.

Sob esse enfoque, portanto, não há corpos femininos e corpos masculinos originais ou acabados, ou seja, o essencialismo (quer biológico, psicológico ou social) e a naturalização sexual sempre foram efeitos de poder que podem ser desmontados em contraordem e em contra discursos que parodiam as suas próprias imposições (*cross-dressing*, carnavalizações, *drag queen* ou *king*, transformismos são exemplos curiosos e transgressivos que podemos acionar como performatividades artísticas generificadas ou desconstrutoras dos atributos fixos do gênero; a travestilidade, no entanto, pode ser compreendida como potência político-performativa das mulheres que desempenham outras feminilidades, assim como a lesbiandade pode ser pensada como performances de feminilidades masculinizáveis, híbridas ou não fêmeas, apenas para citar algumas compreensões).

Em outra via de luta, a bióloga feminista Donna Haraway redefiniu as noções de organicidade ao questionar os limites do corpo humano e discutir as fusões colaborativas, promíscuas (no sentido da heterogeneidade) e maquinais entre mulheres, homens, crianças e tecnologias farmacêuticas, químicas, aparatos robóticos, cibernéticos, linguagens virtuais, programações, enfim, entre o orgânico e o não orgânico, entre realidade e ficção, com os postulados de sua teoria ciborgue.

Haraway nos cede uma problematização cyber feminista sobre a confluência da ciência, da biologia e da tecnologia em nossas relações socioculturais, apresentando-nos uma política de afinidades entre natureza e tecnologia, humanos e animais, humanos e máquinas, responsável pela desconstrução dos dualismos opressivos (homem/mulher, cultura/natureza, norte/sul, macho/fêmea, branco/negro), enfim, responsável pela desconstrução do gênero como sistema de diferenciação.

Na figura ciborgue (o que, afinal, todas somos), ela manifesta não uma biologia da investigação, mas a possibilidade de pensar a biologia como um sistema codificado, como inscrição sócio-política coligada às instituições e pedagogias culturais. A biologia, assim, desprende-se de regras sexo/gênero definidas, ela está plena de ciborgues metamorfoseando possibilidades corporais fluidas, coligáveis, políticas, semióticas, cada qual concebida “como um dispositivo codificado, em uma intimidade e com um poder que nunca, antes, existiu na história da sexualidade” (HARAWAY, 2009, p. 36).

Sendo pós-humano (pós-feminista, eu também diria),

o ciborgue é uma criatura de **um mundo pós-gênero**: ele não tem qualquer compromisso com a bissexualidade, com a simbiose pré-edípica, com o trabalho não alienado. O ciborgue **não tem qualquer fascínio por uma totalidade orgânica** que pudesse ser obtida por meio da apropriação última de todos os poderes das respectivas partes, as quais se combinariam, então, em uma unidade maior (HARAWAY, 2009, p. 38, grifos meus).



Nesse aspecto, o ciborgue é também uma posição contrária ao heterossexismo e ao especismo direcionado aos animais e pessoas não humanas; advém de um mundo pós-gênero, não totalitário, onde as narrativas apelantes a um estado original, (biológico, religioso, político) ou a um corpo único, maior, padrão são desconstruídas pelas hibridações orgânicas e não orgânicas.

Vale ressaltar que muitas feministas criticaram Donna Haraway e seu manifesto ciborgue tomando-os como desconstrutores do gênero num mundo que mal consolidou políticas públicas, agendas e pautas generificadas de combate às desigualdades e violências sexistas e preconceituosas. Volto à ideia de que o gênero é uma categoria de análise para muitos problemas sociais estruturantes das desigualdades em nossa sociedade patriarcal – colonialista – capitalista, e como bem situa Tereza de Lauretis (1994), o gênero também é construído quando o pretendemos desconstruir! Dito de outra maneira, o gênero é um sistema político-semiótico que sempre nos faz pensar, mover e mudar!

E para recobrar também o lado localizado abaixo do paralelo Equador, o sul global, é importante fazer menção às feministas decoloniais que, desde a década de 1990, têm também denunciado a recorrência da ciência em mapear sexo e gênero como sinônimos, o feminismo ocidental / branco na interpretação dos sexos como a base e o gênero como uma superestrutura cultural, que torna universalizável o conceito e a experiência inscritos na categoria mulher ou na categoria LGBTQ+. Problematizam que grupos sociais distintos não podem ser lidos por sexo/gênero, ou, apenas pelas posições de privilégios que desconsideram as intersecções sociais e intersubjetivas.

Nesse contexto, a teórica argentina María Lugones (2008) assinala a necessidade de fugirmos de uma biologia reprodutiva para a organização dos modos de ser, pois a maneira com qual a biologia e o sistema jurídico leem as categorias fêmeas, machos ou intersexos implicam em impactos profundos para as pessoas. Obviamente, há fatores que intervêm no estabelecimento do dito “sexo oficial”: cromossomos, gônadas, morfologia, hormônios, aparência física, gênero designado e aquele que a pessoa designa ou reconhece a si própria. Tais fatores tomam parte na designação, porém de uma maneira que revela ser a biologia uma interpretação cultural (ou cirurgicamente construída) fundada no dimorfismo sexual de mulheres e homens brancos, afinal, “as diferenças são pensadas nos mesmos termos que a sociedade lê a biologia reprodutiva” (LUGONES, 2008, p. 84).

Diz Lugones que, ao nos permitirmos conhecer a história das sociedades indígenas originárias da América e as matrizes africanas, perceberemos que essas não eram marcadas por divisões dicotômicas e pela composição de corpos e pessoas pelo sistema sexo / gênero. As organizações socioculturais e as bases econômicas de trocas, antes dos processos imperialistas de colonização, poderiam se dar por contextos de ancestralidade, de idade, por papéis subjetivos, vínculos com os ciclos da natureza, necessidade tribal, matriarcados e reconhecimento da homoafetividade como uma terceira via de contato pessoal ou parental.



Embora a subordinação e as opressões existissem nas relações sociais das comunidades ameríndias, Julieta Paredes (2008) nos lembra que, com o entroncamento de dois sistemas patriarcais (o ocidental e o pré-colonial), houve o estabelecimento de relações generificadas desiguais e incorporação dos valores eurocentrados nas comunidades locais. Novamente, na escalada da racialização, mulheres originárias passaram a ser vistas como menos humanas que os homens. A estruturação da colonialidade, portanto, foi responsável por objetificar as identidades não patriarcais e não heterossexuadas no chamado novo mundo.

Lugones (2008) vai mais além e nos conta como o processo de colonização – num sistema de colonialidade do poder e do gênero – racializou e inferiorizou os saberes ancestrais, subordinando a organização dos povos originários ao patriarcado e ao sistema dimórfico sexual para homens e mulheres concebido na evolução do capitalismo global e nas bases científicas eurocentradas (acrescento a essas o darwinismo social, o pensamento científico racializado, a eugenia, o higienismo, a frenologia, entre outras discursividades ancoradas em bases biológicas para criar ou justificar estigmas sociais).

Corroborando, a feminista africana Oyéronké Oyěwùmí (1997) sustenta que na experiência ocidental e colonial de mundo, a construção social e o determinismo biológico têm sido lados diferentes de uma mesma moeda: o corpo controlado como fundamento de uma ordem social. No livro “La invención de las Mujeres”, onde examina a constituição dos saberes sobre a África e suas implicações para a sociedade Yorùbá e para as mulheres, discorre sobre o visível e o enunciável dos corpos humanos em relação ao sexo, à cor da pele e aos caracteres que legitimam certos sentidos de mundo e excluem a outridade e a alteridade dos corpos não considerados civilizados. Essa ideia de civilidade permaneceu no centro de discursos e categorias sociais que negaram o estatuto de “pessoa / gente / humanidade” a mulheres, africanas, semitas, povos originários, pobres, LGBT+ e aquelas qualificadas como diferentes em diversas épocas históricas. E sempre que o assunto subjaz a diferença – nessa relação entre ver e dizer – aparecem as biologias de tradição para explicar as subalternizações e as expropriações culturais.

Oyěwùmí (1997) apresenta, em contraponto à visão dicotômica ocidental, algumas dinâmicas da sociedade Yorùbá do sudoeste da Nigéria nas quais o corpo biológico nem sempre é utilizado como base de organização social. Nesse sentido, os estatutos físicos de masculinidade, de feminilidade e de família nuclear não possuem correspondência por lá. Isso explica, por exemplo,

O fato de que **as categorias de gênero ocidentais** são apresentadas como inerentes à natureza (dos corpos), e **operam numa dualidade dicotômica**, binariamente oposta entre masculino/feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como superior e, portanto, categoria definidora, é particularmente alienígena a muitas culturas africanas (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 08, grifos meus).



Assim, os relacionamentos Yorúbás são fluídos e contextuais. Ser mulher não passa por um destino essencialista da maternidade, mas a mãe torna-se o eixo em torno do qual os arranjos familiares são organizados, sem ser impostos. As crianças não são definidas e nem cuidadas individualmente, antes, são a prole de toda a comunidade. As condições como concepção, gestação e parto estariam relacionadas aos ciclos sazonais, assim como as funções de governo, de cultivo, de trocas, de liderança e de religiosidade não estariam definidas por fatores biológicos / sexuais, mas, sim, por questões sociais próprias. Nesse contexto, as pessoas hoje categorizadas como LGBT+ e como dissidências sexuais poderiam performar suas afetividades e identidades sem relação com estigmas generificados, destinos anatômicos ou biológicos.

Fazendo jus à brasileira Lélia Gonzales (2020), pode-se dizer que essas autoras do sul, proponentes de feminismo(s) afro-latino-americano(s) colocam em evidência os limites feministas ao debaterem os racismos, principalmente se as bases partem das diferenças biológicas para estabelecerem ideologias de dominação ou se assentarem num racismo estrutural por omissão “e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (GONZALES, 2020, p. 41). Além disso, apontam para o fato de a branquitude como um sistema-mundo dominante não ter sido superada mesmo nas discussões feministas e em outros contextos sociais.

4 Ciência: coisa de mulheres

Ainda no fervilhar epistemológico de todas essas vertentes feministas, a ideia de exclusão ou apagamento das mulheres na ciência, decorrente da perspectiva masculinista do campo científico, foi também questionada (SCHIENBINGER, 2001; COSTA; SARDENBERG, 2002; KELLER, 2006; HARDING, 2019).

Há tempos, pensadores homens discutiam se nós, mulheres, eramos seres humanos, aproximávamos dos animais e da natureza, se nossos corpos eram fracas inversões da genitalidade masculina ou apenas peças reprodutivas complementares, se nossos calores não nos subiam à cabeça e se tínhamos aptidão para possuir conhecimento e produzir ciência.

O(s) feminismo(s) das décadas de 1970 a 1990 questionaram o papel dos gêneros na construção e validação dos saberes científicos ao apontar que outros saberes são desqualificados em função dos princípios de: a) da universalidade: e a crença de que todas as ciências são feitas do mesmo modo e por sujeitos homens (hegemonicamente, brancos e do norte global); b) objetividade: a pressupor que os campos científicos não possuem relações com modos de subjetivação, construção de subjetividades, pertencimentos generificados, étnicos ou culturais; e, c) neutralidade: a apregoar a separação entre objeto e pessoas produtoras do conhecimento e configuração de imparcialidade dos saberes e das pessoas que os produzem.

A questão de como se entendem mulheres e grupos sociais subalternizados na ciência é atravessada por diversos tipos de barreiras que o próprio fazer científico produz como sendo de natureza feminina e/ou de imposições ideológicas (MAFFIA, 2002; SAINI, 2019).

Essas barreiras se naturalizam no senso comum (também científico) de falta ou baixa condição cognitiva nas mulheres ou da existência de uma diferença inata entre os gêneros a dificultar o acesso feminino (latino, indígena, negro) aos lugares de produção do conhecimento, quando na verdade, todas as exclusões estão imersas em acessos sociais desiguais e excludentes às escolas, universidades, laboratórios, institutos de pesquisa, etc. Argumentos como alma feminina, excesso de emoções, cérebros menores e com funcionamento diferenciados, baixa testosterona, oscilações hormonais, histerias, dificuldade em tomar decisões, maternidade, cuidado doméstico, fragilidade sexual, compulsão sexual, animalidade, mente rasa, dificuldades em realizar cálculos ou exercer as ciências exatas consubstanciam-se no bojo das inferiorizações sexo/gendradas na ciência e servem “argumento para determinar de maneira rígida os lugares sociais que nós mulheres podemos esperar ocupar” (MAFFIA, 2002, p. 33).

Assim sendo, os estudos feministas das ciências também insurgiram contra a ideia de que a biologia, fundadora da diferenciação sexual e dos racialismos, determina a nossa sina. Eles se esmeraram em evidenciar o caráter social, generificado, transitório e historicamente construído das verdades científicas. Com esse viés, a experimentação, a validação, a vida dos laboratórios, as teorias, os métodos investigativos, os modelos, explicações são lidos numa relação de posicionalidade, convidando-nos a pensar a rede de epistemes, as atuantes e as produtoras que participam da realização da ciência, inclusive, para se pensar novas éticas científicas bem situadas e os saberes apresentados como subalternos, reduzindo a objetificação das pessoas pesquisadoras e produtoras da ciência.

Logo, do processo de questionamento dos estudos feministas surgem alguns posicionamentos focados em: a) empiricismo: com a motivação de busca de conhecimentos empiricamente testados sem abrir mão da posição de mulher cientista e da crítica aos vieses masculinistas e sexistas da ciência; b) teorias do ponto de vista: com forte influência do marxismo, questionamento do positivismo e comprometimento com a transformação social dos grupos subjugados no fazer científico; e, c) situacionalidade e entendimento da realidade científica como construção discursiva, abertura para a compreensão de que o conhecimento é marcado pelas diferentes experiências de gênero, identidade e pertencimento.

Importa deslocar o cânone científico para pulverizar o universo masculinista, branco e soberano dos locais de saber, como universidades, museus, institutos de pesquisa e mesmo escolas. Ou, com a síntese ofertada por Ângela Maria Freire de Lima e Souza (2002, p. 78)

a originalidade da crítica feminista reside na identificação e na denúncia do forte viés androcêntrico que permeia o pensamento científico e os seus desdobramentos, que incluem assimetrias de gênero no ambiente acadêmico e nas instituições de pesquisa, os princípios epistemológicos que norteiam o fazer científico, a forma pela qual são treinados e socializados os aspirantes à carreira de pesquisa, entre outros aspectos.

As demandas dos estudos feministas das ciências, portanto, debruçam-se sobre a inter-relação entre as questões de gênero e os modos de fazer / disseminar ciência. Para Londa Schiebinger (2001), as percepções femininas e minoritárias sobre a ciências são importantes e tenazes para alterar o que cientistas estudam, a escolha das pesquisas, os interesses e correlações políticas na ciência. Ademais, longe de se limitarem à uma militância restrita, propuseram um debate interdisciplinar e em constante evolução, no qual o papel das mulheres no mundo científico é exortado e lhe é fundamental.

Por fim, o(s) feminismo(s) não desprezam o papel categorial dos gêneros e das sexualidades e tampouco as militâncias para os reconhecimentos de causas, direitos e lutas diárias contra desigualdades, violências, sexismos e cenários de subalternidade em nossa atualidade e na realidade escolar.

Se suas discussões não se oficializam nos currículos oficiais, como correntes históricas e transformadoras da humanidade ou como outra leitura para as condições relacionais dos corpos, sexualidades e gêneros, elas adensam o imaginário de estudantes, mobilizam a desconstrução de categorias rígidas, fazem repensar o corpo aprisionado pelo livro didático e colocam os corpos, gêneros e sexualidades como explosões discursivas, com práticas curiosas, como um contra currículo a movimentar as lutas!

5 Em síntese...

Esta cartografia, rememorativa e ativista, situa-nos na necessária atitude de barramento dos projetos de poder empreendidos pelo patriarcado – colonialidade – capitalismo, por uma biologia fundadora da diferença sexual e dos binarismos sexo/gênero, pela heteronormatividade, pelos processos de racialização e segregação de grupos étnicos e subalternizados.

As críticas empreendidas no(s) feminismo(s) e nos estudos de gênero lembram-nos do caráter universalista, ideológico, gendrado, sexista, classificador, segregacionista e racista da escola e também pontuam a necessidade de “bio-logias” que não se agreguem ao controle dos corpos, mas expressem nossas capacidades relacionais para se pensar em outras feminilidades, masculinidades e transgeneridades, em cores e potências construídas como efeitos das negociações históricas e subjetivas e não como práticas de um patriarcado escolar.



Parece-me que interpelar a biologia através do(s) feminismo(s) pode, afinal, se constituir em um exercício de ressignificação dos modos de existência que foram, pela lógica de uma tradição e pela discursividade hegemônica, descritos pelos saberes fisiológicos, genéticos, classificatórios, generificados, racializados, entre outros. Pode fazer-nos pensar as diferentes possibilidades de vivermos nossas intersubjetividades, nossos prazeres e nossas dissidências.

Dentre as iniciativas de discussão do corpo orgânico e social, de combate às violências contra mulheres, LGBT+ e grupos subalternizados, de extinção dos preconceitos, racismos, sexismos e especismos estruturantes no contexto escolar, poucas ainda se relacionam ao ensino de biologia. Muitas professoras alegam medos em relação à pressão familiar, à dificuldade de romper com tabus e preconceitos, aos desconhecimentos acerca das lutas de mulheres, LGBT+ e da diversidade cultural, além do imperativo dos dogmas morais e religiosos a circunstanciar pontos de vistas e atividades pedagógicas.

Nesse contexto, vale, ainda que rapidamente, mencionar as disputas históricas em torno do próprio currículo de biologia e de ciências para a incorporação das temáticas de corpos, sexualidades e gêneros: a militância e as mudanças sociais de cada época impingem à escola a necessidade da discussão dessas questões e a visibilização das diferenças e alteridades.

Sob esse aspecto, há uma explosão discursiva acerca dos gêneros e feminismo(s) presente em pesquisas acadêmicas, relatos de experiências, problematizações das interações em redes sociais da internet e em práticas pedagógicas nas últimas duas décadas. Exemplifico ao indicar: a) o conhecimento das disputas e da correlação de forças contrárias e favoráveis em torno dos gêneros na consolidação dos Planos de Educação e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); b) a leitura das jurisprudências legislativas a derrubar a coibição do debate nas escolas e as tentativas de censura da militância em prol da diversidade sexual; c) a apropriação das duas últimas edições do Encontro Nacional de Ensino de Biologia (ENE BIO – 2020 e 2018), que perfazem juntas o maior contingente de trabalhos na área de Ensino de Biologia especificamente destinados a tais temáticas e publicados ao longo dos 16 anos de história do evento; b) a dispersão do Dossiê Gênero, Sexualidade e Ensino de Biologia, proposto pela Revista de Ensino de Biologia (REnBio), responsável por congrega discussões teórico-práticas atuais realizadas em universidades e no chão das escolas.

Romper com as tradições engessadas para se falar dos corpos, gêneros e sexualidades é uma chave conectiva para se começar a problematizar as iniciativas educacionais que passam pela apropriação (ou pela desconstrução) de discursos biológicos.

Assim, poderemos ler outras “bio-logias” e entender o caráter contingente e provisório de seus sentidos. Entender essa transitoriedade não é relativizar a Ciência Biológica, nem banalizar seus conhecimentos em sala de aula, mas uma maneira de nos preocuparmos com os discursos que ela construiu e perceber se esses classificam, excluem, ou, se operam na contra-ordem hegemônica e agregam as pessoas e suas singularidades.



Referências

- ALVAREZ, Sonia. E. Feminismos latinoamericanos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265-284, 1998.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Os discursos biológicos na educação para os gêneros - as sexualidades - e as diferenças: aproximações e distanciamentos**. 2018. 242 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática) - Universidade Estadual de Maringá, 2018.
- _____. Sexos, sexualidades e gêneros: uma contribuição das teorizações feministas para a discussão dos limites das explicações e categorizações biológicas. **REnBio**, v. 13, n. 1, p. 223-242, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Kafka - por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre os corpos não civilizados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 811-836, set./dez., 2010.
- FRIEDAN, Beth. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- FURLAN, CÁSSIA CRISTINA; CARVALHO, FABIANA APARECIDA DE. Gênero: para além das disputas ideológicas, os amparos legais. In: OLIVEIRA, Márcio; MAIO, Eliane Rose (Org.). **Gênero, sexualidades e diferenças**. Maringá: EDUEM, 2019. p. 61-82.
- GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje - perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.
- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. IN: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Antropologia do ciborgue**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Explosão feminista - arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



- HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) **Pensamento feminista** - conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- HOOKS, bell. **Teoria feminista: Da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- HUCHETON, Linda. A incredulidade a respeito das metanarrativas: articulando pós-modernismo e feminismo. **Labrys Estudos Feministas**, Brasília, n. 1-2, jul./dez., 2002.
- KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, n. 27, p.13-34, jul./dez., 2006.
- LORDE, Audre. **Sister outsider**. New York: Crossing Press, 1984.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez., 2008.
- MAFFIA, Diana. Crítica feminista à ciência. In: COSTA; Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecilia Maria B. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM, 2002. p. 25-38.
- MILLET, Kate. **Política sexual**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.
- NYE, Andrea. **Teoria feminista e filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- OYĚWÙMÍ, Oyéronké. **La invención de las mujeres**. Bogotá: Enlafrontera, 2017.
- PAGAN, Alice Alexandre. O ser humano do Ensino de Biologia: uma abordagem fundamentada no autoconhecimento. **Revista Entre Ideias**, Salvador, v. 7, n. esp., p.73-86, 2018.
- PAREDES, Julieta. **Hilando fino** - desde el feminismo comunitario. La Paz: Comunidad de Mujeres Creando Comunidad / CEDEC, 2008.
- RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, Unicamp, n. 3-4, p. 11-43, 1996.
- _____. Epistemologia feminista, gênero e história. IN: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p. 01-17.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Natal, UFRN, v.4, n. 5, p. 17-44, 2010.
- ROSA, Katemari; SILVA, Maria Ruthe Gomes da. Feminismos e ensino de ciências: análise de imagens de livros didáticos de Física. **Gênero**, Niterói, v.16, n.1, p. 83-104, 2015.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: UBU Ed., 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAINI, Angela. **Inferior é o caralho**. Rio de Janeiro: Darkside, 2018.

SANTOS, Sandro Prado; MARTINS; Matheus Moura. Entre encontros e ensino de biologia e gêneros e sexualidades: sopros e insurgências de uma biologia menor. **REnBio**, v. 13, n. 1, p. 141-152, 2020.

SARDENBERG, Cecília Maria B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista. In: COSTA; Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM, 2002. p. 89-120.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SOUZA, ÂNGELA MARIA FREITE DE LIMA E. O viés androcêntrico em biologia. In: COSTA; Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM, 2002. p. 77-88.

SWAIN, Tania Navarro. **História feminista, história do possível**. 2014. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/chapitres/bresil/historia%20poss%EDvel.htm> . Acesso em: 30 set. 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona/Madrid: Editorial Eegales S.L, 2006.

Recebido em fevereiro de 2021.
Aprovado em maio de 2021.

Revisão gramatical realizada por: Luzia Marta Bellini
E-mail: martabellini@uol.com.br

